



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

... continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

		31/12/2015		31/12/2014	
		Ajuste divulgado		Ajuste divulgado	
Ativo					
Contas a receber EMG		502.243	(461.500)	40.743	
Total do ativo não circulante		502.243	(461.500)	40.743	
Total do ativo		514.510	(461.500)	53.010	
31/12/2014					
		Ajuste divulgado		Ajuste divulgado	
Ativo					
Títulos e valores mobiliários		201.636	(167.232)	34.404	
Total do ativo circulante		214.849	(167.232)	47.617	
Contas a receber EMG		239.808	(239.808)	-	
Total do ativo não circulante		239.808	(239.808)	-	
Total do ativo		454.657	(407.040)	47.617	
Passivo					
Obrigações por repasse - PPP		461.500	(461.500)	-	
Total do passivo não circulante		461.500	(461.500)	-	
Total do passivo		514.510	(461.500)	53.010	
31/12/2014					
		Ajuste divulgado		Ajuste divulgado	
Passivo					
Obrigações por repasse - PPP		407.040	(407.040)	-	
Total do passivo não circulante		407.040	(407.040)	-	
Total do passivo		454.657	(407.040)	47.617	

		31/12/2015		31/12/2014	
7 Tributos a recuperar					
Tributos Retidos em					
Aplicações Financeiras	a.	1.144		1.564	
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	b.	219		-	
Total		1.363		1.564	

a. A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2015, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.
b. Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

8 Imposto de renda e contribuição social
A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

		31/12/2015		31/12/2014	
Resultado antes dos impostos					
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	11-d	(1.156)		(4.900)	
Base de cálculo para IRPJ		6.182		26.348	
Total Imposto de renda e contribuição social		(2.471)		(10.618)	
Taxa efetiva		39,97%		40,30%	

9 Ativos mantidos para venda
Em 29 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração da MGI, acionista única da EMIP, deliberou, o aumento de capital no valor de R\$11.762, mediante incorporação de 165 imóveis de sua propriedade, remanescentes da privatização dos bancos BEMGE, CREDIREAL e da extinção da MINASCAIXA, de propriedade da EMG, já em 29 de setembro de 2014, o mesmo Conselho, reduziu para 161 imóveis, no valor de R\$113, perfazendo o total de R\$11.649 em 31 de dezembro de 2014.
Durante o exercício de 2015, foram vendidos 26 desses imóveis, cujos valores de aquisição somam R\$1.771. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, os ativos mantidos para venda totalizam 135 imóveis no valor de R\$9.878.

10 Partes relacionadas
A Companhia tem com sua controladora, MGI - Minas Gerais Participações S.A., um convênio de Cooperação Técnica, perfazendo o total de R\$101, em 31 de dezembro de 2015.

		31/12/2015		31/12/2014	
		MGI	Total	MGI	Total
Passivo - Fornecedores		101	101	48	48
Passivo - Obrigações com PPP		461.500	461.500	407.040	407.040

Operações com pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

		31/12/2015		31/12/2014	
Honorários e Encargos		304		180	
Diretoria		231		180	
Conselho de Administração		73		-	

11 Patrimônio líquido
a. Capital Social

Em 14 de abril de 2015, a EMIP promoveu aumento de capital com o lucro a destinar do exercício de 2014, no valor de R\$19.599. Em 29 de setembro de 2015, a controladora MGI promoveu aumento de capital no valor de R\$95.000, a ser totalmente integralizado até 31 de janeiro de 2016. Deste montante, foi integralizado durante o exercício de 2015 o total de R\$54.460, restando R\$40.540 a integralizar. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$507.124, até 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o capital em R\$ 461.500.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

		31/12/2015		31/12/2014	
Capital Social em 31/12/2014					
Aumento de capital social		95.000		95.000	
Reversão de dividendos a pagar do exercício anterior		4.900		4.900	
Aumento de capital social com lucros retidos		14.699		14.699	
Capital social a integralizar		(40.540)		(40.540)	
Capital Social em 31/12/2015		507.124		507.124	
Reclassificação obrigações por repasse - PPP - 2014		(407.040)		(407.040)	
Reclassificação obrigações por repasse - PPP - 2015		(54.460)		(54.460)	
Total reclassificações		(461.500)		(461.500)	
Capital Social Apresentado (CPC 39) em 31/12/2015		45.624		45.624	
Capital Social em 31/12/2013					
Aumento de capital social		11.763		11.763	
Reversão de dividendos a pagar do exercício anterior		2.904		2.904	
Aumento de capital social com lucros retidos		8.713		8.713	
Redução de capital		(123.589)		(123.589)	
Capital Social em 31/12/2014		433.065		433.065	
Reclassificação obrigações por repasse - PPP - 2013		(530.516)		(530.516)	
Reclassificação obrigações por repasse - PPP - 2014		(123.476)		(123.476)	
Total reclassificações		(407.040)		(407.040)	
Capital Social Apresentado (CPC 39) em 31/12/2014		26.025		26.025	

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

ACIONISTAS	Ações	Movimen- tações	Ações	Parti- pação %
MGI - Minas Gerais Parti- cipações S.A.	615.039.667	(136.552.374)	478.487.293	100,00
TOTAIS	615.039.667	(136.552.374)	478.487.293	100,00

b. Reserva legal
A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

		31/12/2015		31/12/2014	
Resultado		4.867		20.630	
Reserva Legal - 5%		243		1.032	

c. Retenção de Lucros
O saldo remanescente do lucro gerado no exercício de 2015 foi reclassificado para Reserva de Retenção de Lucros conforme disposição da lei 11.638/2007, no valor de R\$3.468 em 31 de dezembro de 2015, tendo a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 abril de 2016.

d. Dividendos
O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

		31/12/2015		31/12/2014	
Lucro Líquido		4.867		20.630	
Reserva Legal	11-c	(243)		(1.032)	
Base de Cálculo para dividendos		4.624		19.598	
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)		1.156		4.900	

12 Receita Operacional
A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a EMIP vendeu 26 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$1.166, conforme demonstrado a seguir:

		31/12/2015		31/12/2014	
Receitas de vendas de imóveis		1.166		-	
PIS/COFINS		(105)		-	
Receita Líquida		1.061		-	

		31/12/2015		31/12/2014	
13 Custos e despesas					
Custo de Aquisição de Imóveis		1.771		-	
Custo de Avaliação de Bens Imóveis		34		-	
Custo de IPTU		7		-	
Total custos dos produtos vendidos		1.812		-	
Despesas com Pessoal		419		358	
Outras despesas administrativas		937		192	
Total despesas administrativas		1.356		550	
Total custos e despesas		3.168		550	

		31/12/2015		31/12/2014	
14 Receitas e despesas financeiras					
Receitas Financeiras					
Receitas aplicações financeiras		9.576		31.798	
PIS/COFINS		(75)		-	
Despesas Financeiras		(56)		-	
IOF		(56)		-	
Resultado Financeiro Líquido		9.445		31.798	

No dia 1º de abril de 2015, foi publicado o decreto nº 8.426/2015, que restabeleceu as alíquotas de PIS (0,65%) e COFINS (4%) incidentes sobre a receita financeira, entrando em vigor a partir de julho de 2015.

15 Instrumentos financeiros
Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supra mencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abreangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Relatório da KPMG - Auditores Independentes, de 28 de abril de 2016, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira

dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuadas e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

b. Estrutura do gerenciamento de risco
O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

c. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito
A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2015 e 2014):

		31/12/2015		31/12/2014	
Equivalentes de Caixa		4		1.001	
Aplicações Financeiras		-		-	
- Títulos e valores mobiliários		5		34.404	
Contas a receber de clientes		6		40.743	
Total		14		36.148	

e. Perdas por redução no valor recuperável
Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

a. Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.
A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

		31/12/2015		31/12/2014	
Passivo financeiro não derivativo					
Fornecedores e outras contas a pagar	10	101		48	
JSCP e dividendos a pagar	11-d	1.156		4.900	
Total		1.257		4.948	

f. Risco de taxa de juros
A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		31/12/2015		31/12/2014	
Indexador DI					
Aplicações Financeiras - Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.001		-	
Aplicações Financeiras - Títulos e valores mobiliários	5	-		34.404	
Total		1.001		34.404	

g. Gestão de capital
O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

h. Risco operacional
Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.
O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

da Empresa, e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à destinação do lucro líquido do exercício.
Belo Horizonte, 28 de Abril de 2016.

• Desenvolvimento de planos de contingência;
• Padrões éticos e comerciais.
16 Evento Subsequente
Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a data da aprovação das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pela Diretoria da Companhia.

Conselho de Administração

- Paulo de Souza Duarte - Presidente
- Marco Antonio Viana Leite - Vice-Presidente
- João Cruz Reis Filho - Conselheiro
- Francisco Eduardo Moreira - Conselheiro
- Luis Gustavo D'Ávila Riani - Conselheiro
- Manoel Nazareno Procópio de Moura - Conselheiro

Diretoria Executiva

- Antônio Eustáquio da Silveira - Diretor Presidente
- Waldir Pinheiro de Faria - Diretor Executivo

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes - CRC/MG 68.072/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. Belo Horizonte - MG
Examinamos as demonstrações financeiras da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangeante, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação